



## Senado começa a analisar socorro fiscal para estados

Comissão de Assuntos Econômicos vai votar suspensão das dívidas com a União por três anos. Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul podem ser beneficiados

**P**roposta de criação do Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal foi lida no Plenário do Senado e começa a tramitar, com expectativa de votação pela Comissão de Assuntos Econômicos neste mês.

Se o texto for aprovado, estados em situação de calamidade fiscal poderão suspender o pagamento da dívida com a União por três anos, desde que cumpram condições como evitar reajustes salariais para servidores e privatizar empresas dos setores financeiro, de

energia e de saneamento.

Um conselho de fiscalização vai monitorar o cumprimento das exigências e produzir relatórios mensais sobre a saúde financeira dos estados participantes.

Durante os três anos do programa, os estados só poderão contratar empréstimos que contribuam para aumentar o equilíbrio financeiro, como programas de demissão voluntária, auditoria da folha de pagamento e antecipação de receita da privatização de empresas. **3**



O presidente do Senado, Eunício Oliveira (C), recebeu pauta de prioridades apresentada pelos governadores em fevereiro

Jonas Pereira/Agência Senado — 15/2/2017

## Plenário deve votar esta semana fim do foro especial



Randolfe é relator da PEC de Alvaro, que terá amanhã última sessão de discussão

A proposta que acaba com o foro privilegiado em julgamento de crimes comuns para quase todas as autoridades deve ser votada na quarta-feira. A PEC passará pela última sessão de discussão amanhã e deve entrar em seguida na pauta, se houver número expressivo de senadores em Plenário. Outras quatro PECs podem avançar em Plenário, como a que torna imprescritível o crime de estupro. Também pode ser votado nesta semana o projeto de lei complementar que cria comitês de transição de governo. **3**

Alcides Oliveira/Agência Senado — 12/4/2017

## Senadores discutirão reforma trabalhista amanhã

Os senadores farão amanhã no Plenário uma sessão temática a respeito do projeto de reforma trabalhista que está em estudo na Casa. Além do ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, o debate no Senado contará com a presença de representantes de sindicatos, do empresariado e do Ministério Público do Trabalho, entre outros. Cidadãos de todo o Brasil poderão participar da sessão temática, enviando perguntas por meio do telefone e do Portal e-Cidadania. **4**



Ferraz e Jucá, que são relatores da reforma trabalhista em diferentes comissões

Gerardo Magela/Agência Senado — 11/5/2017



Serviço de Informações ao Cidadão recebe solicitações com base na LAI

## Aumentam pedidos por meio da Lei de Acesso à Informação

O Senado atendeu no ano passado 1.346 pedidos baseados na Lei de Acesso à Informação (LAI), um aumento em relação a 2015 e 2014.

O atendimento é feito pelo Serviço de Informação ao Cidadão. A Casa conta com outros órgãos que auxiliam no cumprimento da LAI. **2**

Waldemir Bonetto/Agência Senado

## Iluminação especial amarela alerta para violência no trânsito

Até o fim de maio, a Cúpula do Senado ficará iluminada de amarelo para alertar para o alto número de vítimas de trânsito. Em 2014, foram 20 mortes para cada 100 mil brasileiros. **2**

## Parquinhos devem adaptar brinquedos para deficientes

Nova lei sancionada na sexta-feira obriga que 5% dos brinquedos em espaços públicos sejam adaptados para crianças com deficiência. Projeto do Senado altera a Lei da Acessibilidade. **4**

No ano passado, o Serviço de Informação ao Cidadão, do Senado, respondeu a mais de 1,3 mil pedidos baseados na lei, que completa cinco anos em vigor. Metade dos pedidos foi respondida em até um dia

# Demanda pela Lei de Acesso à Informação cresce na Casa



O SERVIÇO DE Informação ao Cidadão, órgão do Senado, respondeu no ano passado a 1.346 pedidos baseados na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), a LAI, que em 2017 completa cinco anos de vigência. Em 2015, foram 1.114 respostas. No ano anterior, 909.

O setor, que integra a Secre-

taria de Gestão de Informação e Documentação, foi criado em 2012 e responde às manifestações dos cidadãos que se caracterizam como pedidos de informação enquadrados na LAI.

Segundo Breno de Lima Andrade, chefe do serviço, dos 1.346 pedidos, quase metade foi respondida em até um dia.

A atividade legislativa foi o principal tema das demandas dos cidadãos em 2016. Em segundo lugar ficaram os pedidos de informações sobre concurso público, à frente das perguntas sobre senadores e sobre a atividade administrativa. Houve também questionamentos sobre servidores, remuneração e contratos, entre outros.

A maior parte das pessoas que solicitaram informações ao Senado em 2016 é formada por homens (70,2%).

## Ouvidoria

Além dos pedidos de informação, todas as manifestações feitas por cidadãos — como sugestões, críticas, reclamações, denúncias e elogios — nos diversos formulários do portal e pelo Fale com o Senado (0800 612211) são registradas e centralizadas na Ouvidoria do Senado. O órgão foi criado em 2011, antes mesmo de a LAI entrar em vigor.

De janeiro a março de 2017, foram atendidos 409 questionamentos, sendo 45,5% deles respondidos em até um dia. Entre os assuntos mais abordados, estão a atividade legislativa e demandas sobre senadores, seguidos por concurso público.

A Comissão Permanente de Acesso a Dados, Informações e Documentos do Senado também foi criada em 2012 para auxiliar no cumprimento da LAI, sendo um órgão consultivo dos procedimentos relativos à classificação de informações quanto ao grau de sigilo. A comissão emite

parecer técnico sobre manifestações ou recomendações de órgãos externos.

## Transparência

Outro órgão criado após a LAI no Senado foi a Secretaria de Transparência, ligada à Presidência, que garante acesso aos dados, informações e documentos de interesse coletivo, produzidos ou custodiados pela Casa. A secretaria é responsável pelo constante aprimoramento do Portal de Transparência, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen) e com as áreas administrativas provedoras das informações.

O Conselho de Transparência e Controle Social, também vinculado à Presidência do Senado, foi criado em 2013 para propor ações que disseminem o acesso à informação pública, estimulando a cultura de transparência e controle social. Com a Secretaria de Transparência, o conselho criou o Índice de Transparência do Legislativo, metodologia para avaliação da disponibilidade de informações públicas do Poder Legislativo, com critérios baseados na LAI e na Lei de Responsabilidade Fiscal, além do disposto na Constituição.

Outros órgãos que já faziam parte da estrutura da Casa quando a LAI foi criada também contribuem para a aplicação da lei. A Secretaria de Comunicação Social (Secom) participa da difusão interna e externa da cultura de transparência; o Prodasen trabalha para o aprimoramento permanente do portal e de sistemas; e o Comitê Gestor da Internet reúne diversas secretarias para discutir melhorias para o portal.

Relatórios do Serviço de Informação ao Cidadão: <http://bit.ly/relatoriosLAI>  
Portal da Transparência do Senado: [www.senado.leg.br/transparencia](http://www.senado.leg.br/transparencia)

# Senado se ilumina de amarelo em alerta sobre o trânsito

A cúpula do Senado passou a ser iluminada sábado com a cor amarela, em apoio ao movimento Maio Amarelo: Atenção pela Vida, que alerta para o alto número de mortos e feridos em acidentes de trânsito. A iluminação especial fica até o dia 31.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, a média do número de mortos no trânsito no mundo foi de 8 para cada grupo de 100 mil habitantes, em 2014. No Brasil, nesse mesmo ano, o SUS registrou 20 mortes para cada 100 mil habitantes.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

### CDH Polos navais

9h A Comissão de Direitos Humanos faz audiência sobre a situação dos polos navais.

### PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Sessão destinada a discursos.

### CPI DA PREVIDÊNCIA Audiência

14h30 Audiência com a advogada-geral da União, Grace Mendonça; o procurador-geral da Fazenda Nacional, Fabrício Da Soller; a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi; e o secretário de Orçamento, George Soares.

### CI Saneamento básico

18h A Comissão de Infraestrutura debate ações do BNDES em saneamento básico.

### CI Água e esgoto

9h A comissão pode votar o PLS 291/2013, que separa a cobrança de água e esgoto.

### CAE Crédito para Joinville

10h A comissão pode analisar pedido de crédito externo para Joinville (SC).

### CE Ministro da Educação

10h Audiência com o ministro Mendonça Filho sobre prioridades até o final de 2018.

### SESSÃO TEMÁTICA Reforma trabalhista

11h Segunda sessão temática no Plenário do Senado sobre a reforma.

### CMA Segurança de barragens

11h30 Na pauta da Comissão de Meio Ambiente, o PLS 224/2016, sobre segurança de barragens, e mais 6 itens.

### CAS Massoterapia

14h A audiência sobre o PLS 13/2016, que regula a profissão de massoterapeuta.

### MP 760/2016 Bombeiros e PMs do DF

14h A comissão da MP, sobre PMs e bombeiros do DF, aprecia relatório.

### PARLASUL Eleição

14h30 Eleição do presidente e dos vice-presidentes da Representação Brasileira.

### CCT Registro de marca

8h30 O PLC 86/2015, que institui o registro de marca de alto renome a pedido de interessado, é um dos projetos em pauta.

TERÇA

### CAS Enfrentamento à homofobia

9h Análise de indicação à ANS. À tarde, depois de audiência com a CAE sobre reforma trabalhista, a comissão debate o Dia Internacional de Enfrentamento à Homofobia.

### CDR Ministro do Turismo

9h Em audiência, Marx Beltrão fala sobre metas e sobre abertura do capital de companhia aérea a capital estrangeiro.

### CTFC Cobrança por bagagem

9h30 Audiência debate resolução da Anac que permite às companhias aéreas cobrar pelo despacho de bagagem.

### CCJ Nomes para CNMP e CNJ

10h Análise de indicações aos Conselhos Nacionais do Ministério Público e de Justiça. Depois, análise de projetos.

### CAS/CAE Reforma trabalhista

14h A reforma trabalhista é tema de debate com a participação de especialistas e da Central dos Trabalhadores do Brasil.

### CRA Trabalho em frigoríficos

14h Audiência sobre o PLS 436/2012, que limita a jornada de trabalho dos empregados de frigoríficos.

### MEDIDAS PROVISÓRIAS Instalação

14h30 Instalação e eleição de presidente e vice da comissão mista da MP 770/2017, que prorroga benefício fiscal para salas de cinema. Às 14h40, instalação e eleição de presidente e vice da comissão da MP 771/2017, que cria autarquia para administrar legado das Olimpíadas. Às 14h50, instalação e eleição de presidente e vice da comissão da MP 772/2017, que aumenta multa para fraudes em produtos de origem animal. Às 15h, instalação e eleição de presidente e vice da comissão da MP 773/2017, que autoriza estados e municípios a compensar limite constitucional da educação. Às 15h10, instalação e eleição de presidente e vice da comissão da MP 774/2017, que acaba com desoneração da folha de pagamento.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burle  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenador de Edição:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá

# Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# Proposta de socorro a estados chega ao Senado

Moratória das dívidas com a União para estados superendividados vai ser votada na Comissão de Assuntos Econômicos

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) deverá examinar este mês o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 39/2017, que cria o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal. Lida no Plenário do Senado na quinta-feira, a proposta concede uma moratória aos estados superendividados em troca do cumprimento de determinadas obrigações.

Estados com obrigações superiores ao disponível em caixa ou em situação de calamidade fiscal, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, poderão suspender o pagamento da dívida com a União por três anos. Em contrapartida, deverão aprovar leis estaduais que prevejam obrigações como privatização de empresas dos setores financeiro, de energia e de saneamento. E ficam impedidos de conceder uma série de vantagens a servidores, como aumento de salários.



Presidente do Senado, Eunício Oliveira (C), recebe os governadores em audiência

Além da suspensão do pagamento das dívidas com a União por três anos, os estados não sofrerão de imediato as consequências de uma possível inadimplência no pagamento de empréstimos ao sistema financeiro e a instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Pelo texto, em caso de inadimplência, o governo federal não poderá executar as contragarantias oferecidas pelo estado para obter a garantia primária da União. Os valores serão pagos pelo governo

federal e contabilizados pelo Tesouro Nacional, corrigidos segundo os encargos financeiros previstos nos contratos originais. O total será cobrado do estado após o período da moratória.

O Regime de Recuperação Fiscal deverá durar três anos. Se ocorrer uma prorrogação, as prestações deverão voltar a ser pagas de forma progressiva e até atingir o valor integral ao término da prorrogação.

## Fiscalização

O monitoramento do cumprimento das condições será feito por um conselho de

supervisão composto por três membros com experiência profissional e conhecimento técnico nas áreas de gestão de finanças públicas, recuperação judicial de empresas, gestão financeira ou recuperação fiscal de entes públicos.

O conselho terá um membro indicado pelo ministro da Fazenda, um auditor federal de controle externo do Tribunal de Contas da União e um integrante indicado pelo estado em regime de recuperação fiscal. Além de monitorar o cumprimento do plano de recuperação, o conselho terá de apresentar ao Ministério da Fazenda, mensalmente, relatório simplificado sobre a execução e a evolução da situação financeira do estado. O objetivo é apontar riscos ou ocorrência de desrespeito às vedações.

O conselho poderá também recomendar ao estado e ao Ministério da Fazenda as providências e as alterações no plano de recuperação para atingir as suas metas. Também acompanhará as contas do estado, com acesso direto aos sistemas de execução e controle fiscal. Outra atribuição

do conselho é recomendar ao estado a suspensão cautelar de execução de contrato ou de obrigação quando estiverem em desconformidade com o plano de recuperação.

## Dinheiro novo

Na vigência do Regime de Recuperação Fiscal, os estados beneficiários só poderão contratar empréstimos que contribuam para a melhoria do equilíbrio financeiro, como os de financiamento de programa de desligamento voluntário de pessoal; de custeio de auditoria do sistema de processamento da folha de pagamento; da reestruturação de dívidas com o sistema financeiro; de modernização da administração fazendária e de antecipação de receita da privatização de empresas. Para obter a garantia da União, o estado poderá oferecer o penhor das ações da empresa a ser privatizada.

Antes da aprovação das leis do plano de recuperação pela assembleia legislativa, o estado e o governo federal poderão assinar pré-acordo de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal.

# Plenário pode aprovar fim do foro privilegiado na quarta-feira

O Senado pode votar na quarta-feira a restrição do foro privilegiado. A proposta que extingue o benefício em casos de crimes comuns para quase todas as autoridades deve estar pronta para votação. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que colocará na pauta a PEC 10/2013, se houver número expressivo de senadores em Plenário.

Pela PEC de Alvaro Dias (PV-PR), que tem Randolfe Rodrigues (Rede-AP) como relator, as autoridades e agentes públicos hoje beneficiados por foro especial responderão a processos iniciados nas primeiras instâncias da Justiça comum. As exceções são os chefes dos três Poderes da União (presidentes do Executivo, Legislativo e Judiciário).

As autoridades manterão o foro por prerrogativa de função nos crimes de responsabilidade, os cometidos em decorrência do cargo público.

A proposta passará pela última sessão de discussão amanhã. Se tiver pelo menos 49 votos favoráveis para ser aprovada, a PEC seguirá para a Câmara dos Deputados. No primeiro turno ela recebeu 75 votos, a unanimidade dos senadores presentes à sessão.

Segundo estudo da Consultoria Legislativa, atualmente são cerca de 54 mil beneficiados por foro privilegiado.

O Plenário também pode

votar nesta semana o projeto que estabelece a criação de comitês de transição de governo, com dever de apresentar ao novo governante a situação da máquina pública, nas administrações públicas dos níveis federal, estadual e municipal.

O PLS 55/2017 — Completar acrescenta essa previ-

são à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). De autoria de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), o projeto precisará ser votado em dois turnos. O relator é Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Outras quatro PECs podem avançar, como a 64/2016, que torna o crime de estupro imprescritível e inafiançável.

Ela foi aprovada em primeiro turno na última terça-feira e terá três sessões de discussão antes da votação em segundo turno.

Já podem ser votadas em primeiro turno a PEC 77/2015, que cria regime simplificado de prestação de contas para pequenos municípios, e a PEC 103/2015, que permite ao

Congresso entrar em recesso no meio do ano mesmo sem aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Por fim, o Plenário deve finalizar o primeiro turno de discussões da PEC 2/2017, de Eunício, que impede a extinção dos tribunais de contas, tornando-os órgãos permanentes.

## Veja como é hoje o foro privilegiado

	CRIMES COMUNS	CRIMES DE RESPONSABILIDADE
<b>EXECUTIVO</b>		
Presidente da República	STF	Senado
Vice-presidente	STF	Senado
Ministros de Estado	STF	Senado (quando conexos com o presidente), STF (demais casos)
Advogado-Geral da União	Constituição não aborda	Senado
Governadores	STJ	Constituição não aborda
Prefeitos	Tribunais de Justiça	Constituição não aborda
Comandantes militares	STJ	Senado (quando conexos com o presidente), STF (demais casos)
Chefes de missões diplomáticas permanentes	STJ	STF
<b>JUDICIÁRIO</b>		
Ministros do STF	STF	Senado
Ministros de STJ, TST, TSE e STM	STF	STF
Membros do CNJ	Constituição não aborda	Senado
Desembargadores e membros de TRFs, TRTs e TREs	STJ	STJ
Juízes federais	TRFs	TRFs
Juízes estaduais	Tribunais de Justiça	Tribunais de Justiça
<b>MINISTÉRIO PÚBLICO</b>		
Procurador-Geral da República	STF	Senado
Membros do CNMP	Constituição não aborda	Senado
Membros do Ministério Público da União	TRFs	TRFs
Membros dos ministérios públicos estaduais	Tribunais de Justiça	Tribunais de Justiça
Membros do Ministério Público que oficiem perante tribunais	STJ	STJ
<b>LEGISLATIVO</b>		
Deputados federais e senadores	STF	Não se aplica
Ministros do TCU	STF	STF
Membros de tribunais e conselhos de contas estaduais e municipais	STF	STJ

Marcos Oliveira/Agência Senado — 11/5/2017



Senadores Tasso (4º à esq.), Cássio (5º à esq.) e Marta participaram da primeira sessão temática, com juizes e professores

## Plenário faz amanhã debate sobre reforma trabalhista

Sessão tem como objetivo aprofundar discussão sobre projeto do governo que altera a Consolidação das Leis do Trabalho. Defensores do texto veem avanço e críticos apontam perda de direitos

O SENADO FAZ amanhã, às 11h, a segunda sessão temática no Plenário sobre a reforma trabalhista. Seis convidados vão debater com os senadores o projeto encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional (PLC 38/2017).

Foram chamados para o debate o ministro do Trabalho Ronaldo Nogueira; o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Ângelo Fabiano Farias da Costa; o presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros, Antonio Neto; o presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo, Antonio Carlos Pipponzi; e a advogada Celita Oliveira Sousa, especialista em direito econômico.

A sessão será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo pela internet ou pelo telefone (veja mais informações no final da reportagem).

### Divergências

O PLC 38/2017 está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relator é Ricardo Ferraço (PMDB-ES). O projeto também vai passar pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e a de Assuntos Sociais (CAS). Na CCJ, o relator é Romero Jucá (PMDB-RR). Na CAS, ainda não houve designação de relator.

Na primeira sessão temática da reforma trabalhista, na quinta-feira, o debate foi

intenso. Os convidados favoráveis à reforma afirmaram que a reforma tem o mérito de reconhecer e enfrentar a forma “ultrapassada” da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e de promover “mais segurança jurídica” ao fortalecer as negociações coletivas entre trabalhadores e empregadores.

Por sua vez, os convidados contrários à proposta disseram que ela contém “equivocos impressionantes” que enfraquecem a posição dos trabalhadores frente aos patrões. Para eles, a reforma representa um “atalho” para gradualmente reduzir as garantias e proteções que a legislação atual dá aos trabalhadores.

Participe do debate:  
[www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)  
 0800 612211

### Gleisi lembra um ano da saída de Dilma e pede eleições antecipadas

Gleisi Hoffmann (PT-PR) manifestou tristeza em Plenário, na sexta-feira, pelo fato de ter se passado um ano do afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff do governo. A senadora releu o discurso que fez no dia 12 de maio de 2016 e afirmou que o país não melhorou após Michel Temer assumir a Presidência.

— Eu fui vencida, muitos de nós aqui fomos vencidos em 2016 e afastaram a presidenta Dilma no dia 12 de maio para começar o processo de julgamento de impeachment. E hoje tenho mais certeza ainda de que eu estava do lado certo.

A senadora defendeu a antecipação das eleições para presidente da República e para o Legislativo de 2018 para outubro de 2017.



Marcos Oliveira/Agência Senado

### Lindbergh defende pleito em 2017 e Lula candidato a presidente

Ao lembrar um ano do afastamento de Dilma Rousseff, Lindbergh Farias (PT-RJ) defendeu eleições diretas para outubro de 2017 e a candidatura de Lula para presidente. O senador classificou a saída de Dilma como um golpe orquestrado pela elite associada a parlamentares e a setores da mídia.

Na opinião de Lindbergh, um dos objetivos do golpe foi possibilitar um ajuste fiscal violento para destruir políticas sociais e garantir que parte do Orçamento vá ao “rentismo”, uma vez que 35% do montante é comprometido como pagamento de juros da dívida pública.

— Há uma grande aliança entre bancos e os maiores grupos empresariais brasileiros.



Marcos Oliveira/Agência Senado

### “Tudo piorou” em um ano de governo Temer, avalia Paulo Rocha

Ao analisar o primeiro ano de gestão de Temer, Paulo Rocha (PT-PA) disse que “tudo piorou” no que se refere às áreas sociais e a investimentos em infraestrutura. Para ele, o período também é marcado por ataques institucionais aos direitos dos trabalhadores e dos mais pobres.

Segundo o senador, uma das consequências mais negativas do que chama de “golpe” foi a limitação dos investimentos em áreas sociais e infraestrutura, que ele vê como o resultado da aprovação do teto aos gastos públicos. O objetivo do governo, segundo Paulo Rocha, é destruir todos os programas criados pelos ex-presidentes Lula e Dilma, como o Ciência sem Fronteiras e a Farmácia Popular.



Marcos Oliveira/Agência Senado

### José Medeiros elogia solução para dívidas de produtores rurais

José Medeiros (PSD-MT) avaliou como acertada a inclusão de benefícios para empresas e produtores rurais em dívida com o Fisco no relatório aprovado pela comissão mista que analisou a Medida Provisória 766/2017.

A nova versão do texto inclui a possibilidade de parcelamento de R\$ 26 bilhões em dívidas com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) e amplia o prazo de parcelamento de dívidas 10 para 20 anos, além de dar descontos nas multas e juros que podem chegar a 90%.

— A intransigência das autoridades econômicas parece ter adquirido um choque de realidade ao ceder espaço às reivindicações mais elementares do setor — disse o senador.



Marcos Oliveira/Agência Senado

### Brasil poderá ser maior produtor de alimentos do mundo, diz Gurgacz

A situação da economia brasileira não está pior por conta do bom desempenho da agricultura e da pecuária, afirmou Acir Gurgacz (PDT-RO). O senador prevê que, em breve, o país será o maior produtor de alimentos do mundo e responsável por 10% da produção total.

De acordo com ele, em Rondônia, deve haver crescimento de 2% na safra 2016–2017 em relação à anterior. O estado tem o sexto maior rebanho bovino do país e é o maior produtor de peixe nativo da região amazônica.

— Isso mostra a solidez e a força do agronegócio.

Ele também defendeu a rápida aprovação da medida provisória sobre regularização fundiária (MP 759/2016).



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Parques públicos terão que ter brinquedos para deficientes

No mínimo 5% de cada brinquedo em espaços de uso público deverão ser obrigatoriamente adaptados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Lei nesse sentido (13.443/2017) foi sancionada na sexta-feira pelo presidente da República, Michel Temer.

Originária do Projeto de Lei do Senado (PLS) 219/2014, aprovado na Comissão de Direitos Humanos (CDH) em 9 de setembro de 2015, a norma abrange vias públicas, parques e demais espaços de uso público existentes. Os responsáveis por esses ambientes terão 90 dias para se adequarem à nova lei.

O projeto original, de Vicentinho Alves (PR-TO), altera a Lei 10.098/2000, conhecida como Lei da Acessibilidade, que trata apenas dos parques de diversão e não oferece garantia expressa contra a exclusão nos demais espaços públicos. O novo texto destaca principalmente o direito das crianças.

Na justificativa do projeto, o senador ressaltou que as crianças com deficiência têm o direito de brincar garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, mais explicitamente, pela Convenção sobre os Direitos da Criança, que reconhece o direito “às oportunidades de lazer, de maneira que a criança atinja a mais completa integração social possível e o maior desenvolvimento cultural e espiritual”.

A Constituição, acrescentou Vicentinho, também



Moreira Matiz/Agência Senado

Lei teve origem em projeto do senador Vicentinho Alves

assegura o direito das crianças ao lazer, à dignidade, ao respeito, à convivência familiar e comunitária, a salvo de toda forma de negligência e discriminação e também o acesso adequado das pessoas com deficiência aos logradouros e edifícios de uso público.

Para o senador, é importante garantir que os espaços de uso comum, tanto públicos como privados, nos quais haja brinquedos ou equipamentos de lazer, sejam espaços de inclusão das crianças com deficiência ou mobilidade reduzida.

No texto de apresentação do projeto, Vicentinho argumenta que “é evidente que a exclusão das crianças com deficiência nos locais e equipamentos destinados à recreação é uma forma intolerável de discriminação e uma violação dos direitos fundamentais dessas crianças à igualdade, à inclusão e ao lazer”.